



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
CAMPUS MOSSORÓ

Coordenação de Finanças e Contratos

NESC 2/2024 - COFINC/DIAD/DG/MO/RE/IFRN

22 de maio de 2024

O GESTOR DA Coordenação de Finanças e Contratos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE ESCLARECIMENTO REFERENTE AO PREGÃO: 90003/2024 .

E S C L A R E C E:

1. Alusivo a planilha de custos:

a) será solicitado apenas pelo licitante vencedor? Ou deverá ser apresentado por todos?

R: Resposta: A planilha de custos será solicitada apenas ao primeiro colocado, no momento de avaliação das propostas, após a fase de lances. Caso a proposta do primeiro colocado seja desclassificada, será convocado o envio da planilha de custos do segundo colocado, e assim sucessivamente.

b) A licitante poderá utilizar seu padrão de planilha de custos? Ou deverá utilizar o padrão do contratante? Caso deva utilizar o padrão do contratante, poderiam nos encaminhar planilha em formato excel?

R: Poderão ser utilizados outros modelos de planilha, desde que atendam aos parâmetros estabelecidos na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017. De todo modo as planilhas em formato Excel estão disponíveis no Portal do IFRN, por meio do link: https://portal.ifrn.edu.br/documents/13848/-_EDITAL_90003.2024.zip

c) os itens uniformes e epis e transporte, o licitante poderá apenas declarar em sua planilha que irá utilizar os de sua propriedade, isentando a Contratante de tal custo?

R: Apenas declarar não é suficiente, a depender da situação o pregoeiro poderá realizar diligências para a devida comprovação, conforme art. 59, § 2º da Lei nº 14133/2021: "*A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.*"

d) os itens variáveis, tais como, licença maternidade/paternidade, faltas legais, aviso prévio, etc, poderá ser aplicado o percentual de provisão de acordo com a experiência/estratégia/peculiaridade da empresa? ou a administração tem algum percentual mínimo para aferir como exequível a planilha de custos?

R: Sim, poderão ser aplicados percentuais distintos da planilha modelo, desde que acompanhada da devida memória de cálculo. A Administração não determina nenhum percentual mínimo exequível, contudo avalia a planilha de custos dentro dos parâmetros estabelecidos nos cadernos de logística e valores limites, consultáveis por meio dos links: [servicos_limpeza.pdf \(www.gov.br\)](#) e [ct_lim_rn_2019.pdf \(www.gov.br\)](#)

e) qual salário base e benefícios deverá ser utilizado? Qual sindicato deverá ser utilizado?

R: O custo estimado da contratação foi realizado considerando os salários e benefícios contidos na CCT nº RN000083/2024.

2. Os documentos de credenciamento, habilitação e proposta poderão ser assinados de forma digital conforme determina a Lei 2200-2 (planalto.gov.br) ?

R: Sim.

3. Quais materiais deverão ser fornecidos?

R: Deverão ser fornecidos todos os materiais, equipamentos, fardamentos e EPI's, constantes no anexo II do Termo de Referência.

3.1 Quais insumos deverão ser fornecidos?

R: Já respondido na pergunta 3

3.2 Quais equipamentos deverão ser fornecidos?

R: Já respondido na pergunta 3

3.3 Quais uniformes e EPIs deverão ser fornecidos?

R: Já respondido na pergunta 3

4. O objeto já vem sendo executado por alguma empresa? Qual empresa? Poderá ser aproveitado a mesma mão de obra?

R: Sim, Contato Serviços de Conservação e Manutenção LTDA - CNPJ: 04.768.594/0001-36

5. qual alíquota de ISS para o objeto?

R: 5%

6. qual tarifa transporte público do município?

R: R\$ 3,30

7. Para atendimento do edital, atestado de execução de serviço de característica semelhante ao objeto, entende-se como comprovação de habilidade da licitante em gestão de mão de obra com fulcro no ACÓRDÃO 553/2016 do PLENÁRIO, correto? Abaixo acórdão.

“1.7.1. nos certames para contratar serviços terceirizados, em regra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra, e não a aptidão relativa à atividade a ser contratada”

Conforme Súmula nº30 – TCE-SP, em procedimento licitatório, para aferição da capacitação técnica poderão ser exigidos atestados de execução de obras e/ou serviços de forma genérica, vedado o estabelecimento de apresentação de prova de experiência anterior em atividade específica, como realização de rodovias, edificação de presídios, de escolas, de hospitais, e outros itens”

R: Sim, As regras de avaliação de Qualificação Técnico-Operacional estão descritas nos itens 8.27 à 8.35 do Termo de referência.

8. deverá ser provisionado insalubridade? Qual grau?

R: Sim, 40% para áreas aplicáveis, conforme Laudo Pericial Nº: 021/2017 anexo do Estudo Técnico Preliminar

9. Considerando que os dias úteis do mês podem variar de 18 a 22 dias, conforme feriados, pontos facultativos e folgas, a empresa poderá utilizar média de 20 dias úteis para calcular provisão de alimentação e transporte?

R: Não, deve-se obedecer as regras estabelecidas na CCT vinculada a proposta.

10. lance será por valor unitário? Mensal? Ou anual?

R: O lance será por valor unitário, unidade de medida M²

11. lance será por item ou para todos os itens?

R: Deverá se realizado lances por item

12. Qual quantidade de mão de obra por cargo?

R: De acordo com a produtividade prevista espera-se a contratação de 18 serventes de limpeza e 01 encarregado de turma.

13. Qual horário de trabalho diário, semanal e mensal por cargo?

R: 44 horas de trabalho semanal, conforme definido da CCT nº RN000083/2024.

14. o intervalo para almoço deverá ser indenizado ou será usufruído?

R: Será usufruído

15. qual prazo para resposta diligências? Será desconsiderado horário de almoço? Será aceito dilação do prazo? Quantas vezes prazo poderá ser prorrogado?

R: O prazo para as diligência será de 04 h (quatro horas). Caso haja necessidade de aumentar o tempo ou de prorrogar o prazo essa decisão seerá feito com a Equipe de Licitação.

16. Considerando que a terceirização de mão de obra caracteriza-se pela prática de atos comerciais e empresariais, os serviços de terceirização, objeto do procedimento licitatório em destaque, são incompatíveis com o universo de atuação das entidades sem finalidade lucrativa correto? Logo entidades sem fins lucrativos são vedados de participarem, correto? Esse é o entendimento dos tribunais, tais como TRF-2 - APL: 0063568932015402510.

R: Estão vedadas as participações de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP e Sociedades Cooperativas, conforme itens 2.6.9 e 2.6.11 do Edital

Atenciosamente,

Isac Dantas Diniz
Coordenador de Finanças e Contratos
IFRN – *Campus* Mossoró

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Isac Dantas Diniz, COORDENADOR(A) - FG0002 - COFINC/MO**, em 22/05/2024 07:48:42.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 21/05/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 707584

Código de Autenticação: fa0eaea838



